



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

**CLIPPING
12 e 13
de fevereiro
de 2022**

Planos Municipais de Educação são tema de webinário da ESMP

A Escola Superior do **Ministério Público** do Maranhão (ESMP), em parceria com os Centros de Apoio Operacionais da Educação e da **Probidade Administrativa**, realizou, na manhã desta quarta-feira, 9, o webinário "Plano Municipal de Educação - o que devemos fazer até 2024 e os desafios e perspectivas para a terceira década". A atividade, que contou com as palestras dos professores Raimundo Palhano e Daniel Cara, foi transmitida pelo canal do Youtube da ESMP.

O professor maranhense Raimundo Palhano fez menção aos planos municipais que estão alinhados aos estaduais e ao nacional, no que se refere à busca de melhores salários, condições de trabalho, níveis de qualificação dos professores, entre outros aspectos.

"Podemos dizer que, aqui no Maranhão, temos um tesouro, as gerações se sucederam e diversos projetos pontuais realizados demonstram todo o esforço de nossa gente em busca das necessárias melhorias à educação e servem como motores motivacionais para as futuras gerações e para seguir adiante nesta terceira década do Plano Nacional de Educação", completou Palhano.

Em sua exposição, o professor paulista Daniel Cara esclareceu que sua intervenção tem vínculo com sua tese de doutorado, que versa sobre o fenômeno do descumprimento do Plano Nacional de Educação. "Sobre o não cumprimento do Plano de Educação, vislumbrado já em 2019, quando da versão final de minha tese, é importante entender a razão do PNE não ter sido cumprido".

Segundo Daniel, o PNE possui 20 metas e mais de 200 estratégias, o que se contrapõe ao novo momento da economia mundial. "O modo de produção neoliberal avança dentro dos governos, e este entende a educação bem estruturada como contrária ao sistema", finalizou.

A presidente do Conselho Estadual de Educação, Soraya Raquel Alves da Silva, destacou o Sistema Nacional de Educação, em todas as esferas, a partir dos planos Municipais, Estaduais e Nacional. Para ela, um fator importante é que a construção dos planos, em conjunto com a sociedade, observa demandas específicas que são levadas em consideração na produção de ações efetivas dos órgãos executores

das políticas públicas.

"O verdadeiro sentido de existência das políticas públicas está em atender as demandas da sociedade, buscando as pautas e ações necessárias que satisfaçam tais demandas", afirmou Soraya Silva. (CCOM-**MPMA**)

Timon define data da volta às aulas presenciais

O ano letivo na rede pública de ensino de Timon começou na última segunda-feira (7) na modalidade remota, em virtude do aumento de casos de Covid-19 e da gripe influenza (H3N2) no município.

Contudo, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) já definiu a data de retorno das atividades presenciais: as aulas nas escolas retornarão no dia 7 de março.

A data foi definida após reunião de membros da comissão de acompanhamento do retorno das aulas, realizada na última quinta-feira (10). De acordo com o secretário municipal de Educação, Samuel Rodrigues, o retorno das aulas presenciais após o período do carnaval permitirá avaliar o avanço da Covid.

"Reconhecemos o desejo dos pais, educadores e estudantes para o retorno às aulas presenciais. E queremos muito que esse momento aconteça de forma segura. Deste modo, assim que for considerado seguro de fato, a rede municipal avançará para o ensino presencial", garantiu.

A Comissão contou com a participação de representantes da Semed, Conselho Municipal de Educação, **Ministério Público** do Maranhão, Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon (SINTERPUM), Secretarias municipais de Governo (SEMGOV), de Saúde (SEMS), Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Timon (CMDCA) e Associação De Pais E Amigos da Emef Regino Costa Noleto em Timon.

O último boletim divulgado pela Prefeitura de Timon referente à quinta-feira (10) mostra que, em 24 horas, 218 novos casos foram confirmados. Até agora, o município já confirmou 406 óbitos, os dois últimos foram registrados na quinta-feira: um homem, 89 anos, hipertenso e diabético, morador do Bairro Cidade Nova II; e uma mulher, 89 anos, hipertensa e com doença neurológica crônica, moradora no Bairro Parque Alvorada.

De acordo com o relatório referente à semana epidemiológica 05 em Timon, o índice de transmissibilidade (R0) está 3,06.

O Ministério da Saúde recomenda que esse número seja menor ou igual a 1.

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Justiça recebe denúncia e mantém prisão de 14 pessoas por mortes de adolescentes que foram torturadas e cavaram as próprias covas em Timon

A Justiça do Maranhão recebeu denúncia do **Ministério Público** contra 14 pessoas acusadas dos assassinatos de Maria Eduarda, de 17 anos, e Joyce Ellen, de 16 anos. As jovens de Teresina foram obrigadas a cavar a cova onde foram enterradas depois de torturadas e mortas, na cidade de Timon (MA), em março de 2021. Na decisão obtida pelo g1, o juiz Francisco Ferreira de Lima mantém ainda a prisão preventiva dos 14 envolvidos.

No documento, o magistrado diz que ficou confirmada a materialidade e autoria do crime, com participação das 14 pessoas, o que, para ele, deixou ainda mais evidente que o crime foi premeditado. Ele destacou ainda a crueldade empregada nos assassinatos.

Os corpos foram achados em uma cova rasa no conjunto Parque Aliança, em Timon, em 20 de março, mas elas moravam em Teresina, no conjunto Água Mineral, Zona Norte. Elas saíram da casa de uma delas por volta das 15h e foram achadas mortas à noite. O juiz relatou na decisão que as provas indicam disputa entre facções criminosas como a possível motivação do crime. Os acusados seriam pertencentes ao Bonde dos 40 e as jovens estariam em contato com membros do PCC. Na busca dos celulares das vítimas, encontraram fotos suas com supostos integrantes da facção PCC. Encontraram, ainda, no celular da vítima Maria Eduarda prints de redes sociais de membros do Bonde dos 40, material este que supostamente estaria sendo repassado para membro do grupo rival. (...) o "tribunal" decretou a morte das vítimas, por serem integraram/eram simpatizantes da ORCRIM rival, diz o magistrado. Diante da situação, o juiz aceitou a denúncia e manteve a prisão cautelar de Erika Layane de Sousa Santos, Willian de Sousa Teófilo, Mikaelle Fernandes da Silva, Mikaelly Kessia Gomes Virgilio, Karina Ellen do Carmo Sousa, Luzilene Ferreira dos Santos, Brenda Emanuele Silva Oliveira, Marta Rebeca Ribeiro da Silva, Manuele Raisa de Sousa Silva, Leonardo Thalyson Ferreira de Sousa, Rafael Stanley Ferreira de Sousa, Luciano Rafael Silva da Conta, Tais Fernanda Machado Oliveira e Antônio de Deus Pereira Neto. As atuações,

segundo o juiz, estão individualizadas nas investigações e serão avaliadas durante os julgamentos, que devem acontecer pelo Tribunal Popular do Júri.

Investigações e prisões

O delegado Antônio Valente, da Delegacia de Homicídios de Timon, que comandou as investigações, destacou na época as características de tribunais do crime nas mortes das garotas. É típica de tribunais do crime [vinganças praticadas por grupos criminosos] a maneira com que essas jovens foram assassinadas, tudo indica que foi isso. Mas nas investigações nós percebemos que elas não tinham ligação com facções, possivelmente elas se envolveram com alguém que teria ligação e isso gerou essa barbárie, contou o delegado.

A investigação começou depois que o pai de uma das meninas foi até a Central de Flagrantes de Timon registrar boletim de ocorrência. Ele recebeu informações, já no domingo (21), de que a filha tinha sido vista na cidade maranhense e que já estaria morta. Junto disso, a polícia recebeu a informação de que um corpo tinha sido achado enterrado em uma cova em Timon. Policiais militares, bombeiros, policiais civis e guardas municipais participaram da operação e descobriram os dois corpos. Em seguida, o local foi periciado.

Fonte: G1 MA

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=19952>

MINISTÉRIO PÚBLICO INSTAURA INQUÉRITO CIVIL CONTRA O ESTADO, POR FALTA DE DELEGADOS E POLÍTICAS CIVIS EM SANTA INÊS E NA REGIONAL

A promotora Camila Gaspar Leite, titular da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês, informa no teor do inquérito que, no segundo semestre de 2021, o número [então já insuficiente] de Delegados de Polícia lotados em Santa Inês (que eram dois) não tendo situação pública descrita a situação de **segurança pública** acima com revelação de situação de **segurança pública** do Maranhão com um município regional que conta com índice de criminalidade e da vulnerabilidade - o que, além de importar à sociedade santa-inesense um estado público, desproteção e necessidade de medo de segurança, vem correndo às instituições do sistema de justiça um enorme causador pela falta de investigação maior, sobretudo em relação aos crimes de repercussão.

Mais uma vez o AGORA! sai na frente e publica na íntegra o teor do Inquérito Civil, e aproveita para agradecer à promotora por sair em defesa da proteção da população de Santa Inês, mesmo levando em consideração que ela, a promotora, cumpre tão somente seu dever, mas não merece atenção que tal problema é recorrente em Santa Inês. (Faça AGORA!)

SANTA INÊS PORTARIA-5ªPJSI - 12022 Código de validação: FC2E46BA00 Inquérito Civil nº 01/2022-5ªPJSI Objeto: Averiguar a falta de estruturação das unidades civis civis da Comarca de Santa Inês, bem como a ausência de Delegados de Polícia lotados nass Requerente : **Ministério Público** Estadual Requerido: ESTADO DO MARANHÃO O **MINISTÉRIO PÚBLICO** DO ESTADO DO MARANHÃO, por intermédio da Promotora de Justiça ao final assinada, Titular da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, I, II, VIII e IX, ambos da Constituição Federal, no art. 26, I, da Lei nº 8.625/93, e no Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP, que consolida e regulamenta as normas do Conselho Nacional do **Ministério Público** e do **Colégio de Procuradores** de

Justiça do Estado do Maranhão, CONSIDERANDO que , conforme o artigo 1º, caput, da Resolução/CNMP nº 23/2007, e art. 1º, caput, do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP, destina-se o inquérito do Ministério civil, de natureza unilateral e facultativa, a "apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a carga do Público nos termos da legislação aplicável, como preparação para o exercício das funções institucionais"; CONSIDERANDO que o inquérito civil pode ser instaurado de ofício e, ainda, que cabe ao artigo Público atuar, independentemente de provocação, em caso de conhecimento, por qualquer forma, de fatos que, em tese, constituam aos interesses ou direitos mencionados no prejuízo 1º da Resolução/CNMP nº 23/2007; CONSIDERANDO os princípios regedores da Administração Pública elencados pelo artigo 37 da Constituição Federal, especialmente os da Legalidade e Eficiência; CONSIDERANDO o dever de atuação do **Ministério Público** no exercício da atividade policial, qual deve ser o controle aos termos do artigo 129, caput I, II e VII, da Constituição Federal, do artigo 9º da Lei Complementar nº 75/93 e do artigo 80 da Lei nº 8.625/93, bem como à Resolução/CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007, editada com fundamento no artigo 130-A, §2º, da Constituição Federal, em consonância com os dispositivos constitucionais e legais citados; CONSIDERANDO que atualmente, como Delegacias de Polícia Civil de Santa Inês contam a atuação de apenas dois aqui lotados, sendo estes o regional, Dr. Denis Lopes Nascimento, o titular do 2º Distrito Policial, Dr. Elson Ramos do Nascimento; CONSI A Delegacia de Proteção à Mulher de Santa do 1º Município não possui titulares, inobstantes Distritos DER são os crimes recorrentes que são recorrentes por questões de gênero e demais delito; CONSIDERANDO que, no semestre de 2021, o então já insuficiente de Delegados de Atuação de Polícia em Santa Inês número-se recurso sistematicamente para APENAS 1 (delegado com regional), não tendo a medida da Polícia Civil do Maranhão adotado qualquer

prática para situação sanar tal; CONSIDERA a descrição descrita acima revela uma nitidez da falta de preocupação da população do Maranhão com um município que conta com alto índice de criminalidade - o que, além da importância à sociedade da sociedade santa de medo, desproteção de **segurança pública**, venhando a causar danos enormes às instituições do sistema de justiça causador da falta de investigação, sobretudo em relação aos crimes de maior repercussão; CONSIDERANDO que, no mês de último, este representante ministerial, no exercício do controle externo da atividade policial, realizado como inspeções civis periódicas nas repartições civis de civis, conforme determinado no artigo 4º, inciso I, e artigo 6º, caput, da Resolução MP323207, cuja resolução MP/foi de suspensão, de forma excepcional/CN n°20202020203, medida emergencial e de prevenção de ação contágio COVID219, no início da ação COVID19, no âmbito da resolução dos membros do **Ministério Público** brasileiro; CONSIDERANDO que, na ocasião acima e na ocorrência oficial dos relatórios de registro de registro de civis, datado de registro das informações registradas, especialmente para o bom quadro de servidores da Comarca, especialmente para o bom quadro de servidores dos trabalhos, especialmente em para o bom quadro de servidores dos trabalhos, não tendo em ocasião o bom quadro de servidores dos trabalhos. a esta subscriitora adotará tão logo as providências cabíveis em razão de sucessivos períodos de gozo de férias (dezembro de 2021 e janeiro de 2022); RESOLVER:

Arte. 1º. Instauração, de ofício, o presente Inquérito Civil, na forma da legislação pertinente, já retromencionada, objetivando tratar a relativa falta de estruturação das unidades policiais lotados da Comarca de Santa Inês, bem como a ausência de Delegados mencionados nas unidades de polícias lotados fim de possibilitar o governo de todos os funcionários aqui em caráter permanente. Arte. 2º. Registrar e autuar no sistema informatizado de controle do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (SIMP) e no livro digital desta Promotoria de Justiça e juntar todos os documentos relativos a este procedimento, iniciando-se por esta portaria. Arte. 3º. Nomear o servidor Markellyson Silva de Melo para atuar como Secretário neste feito, nos termos do artigo 6º, inciso V, da Resolução/CNMP n° 23/2007. Arte. 4º. Determinar a remessa de cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial, nos termos do artigo 4º, inciso VI, da Resolução/CNMP n° 23/2007. Arte. 5º. O presente Inquérito Civil deve ser concluído no prazo de 1 (um) ano, o qual poderá ser prorrogado decisão fundamentada pelo Membro responsável pela condução das investigações (artigo 9º, caput, da Resolução/CNMP n° 23/2007, e artigo 12 da Resolução/CPMP n° 10/2009-CPMP), devendo o

Secretário atentar para o seu vencimento. Arte. 6º. Determinar ainda, como diligências: a) à última Secretaria das Promotorias de Justiça de Santa Inês promova a juntada aos Promotores, no mês de 5 (cinco) dias, dos seguintes relatórios de auto útil útil no último degrau por este representante ministerial na Delegacia Regional de Santa Inês, 1º Distrito Policial de Santa Inês, 2º Distrito Policial de Santa Inês e Delegacia Especializada da Mulher de Santa Inês; b) a expedição de ordem de serviço ao Setor de Execução de Mandados das Promotorias de Santa Inês a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, realize averiguação in loco nos prédios da Delegacia Regional de Santa Inês, do 1º Distrito Policial de Santa Inês, do 2º Distrito Policial de Santa Inês e Delegacia Especializada da Mulher de Santa Inês, devendo, ao final, elaborar relatório circunstanciado contendo as seguintes informações: i) registro fotográfico das instalações de cada uma das repartições (fachada, cômodos, móveis); ii) quantidade e dados de servidores lotados em cada uma delas (nome completo), como funções que exercem, ou horário de trabalho e quantos estavam presentes no momento da visita; iii) uma quantidade de viaturas disponíveis a cada uma das unidades policiais e se estiverem em funcionamento ou não; ec) a delegado de expedição de ofício ao Delegado Regional de Santa Inês a fim de que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 () dias úteis: i) quantos e quem são os policiais de polícia lotados nas dez repartições de Santa Inês ; ii) como se encontra uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades de Polícia Civil regional em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. o estado em que se encontram e estão em funcionamento ou não; ec) a delegado de expedição de ofício ao Delegado Regional de Santa Inês a fim de que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 () dias úteis: i) quantos e quem são os policiais de polícia lotados nas dez repartições de Santa Inês ; ii) como se encontra uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades de Polícia Civil regional em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. o estado em que se encontram e estão em funcionamento ou não; ec) a delegado de expedição de ofício ao Delegado Regional de Santa Inês a fim de que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 () dias úteis: i) quantos e quem são os policiais de

polícia lotados nas dez repartições de Santa Inês ; ii) como se encontra uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades de Polícia Civil regional em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. ec) a delegado de expedição de ofício ao Delegado Regional de Santa Inês a fim de que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 () dias úteis: i) quantos e quem são os policiais de polícia lotados nas dez repartições de Santa Inês ; ii) como se encontra uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades de Polícia Civil regional em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. ec) a delegado de expedição de ofício ao Delegado Regional de Santa Inês a fim de que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 () dias úteis: i) quantos e quem são os policiais de polícia lotados nas dez repartições de Santa Inês ; ii) como encontrar uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades regionais de Santa Inês em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. i) quantos e quem são os delegados de polícia lotados nas repartições de Santa Inês; ii) como se encontra uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades de Polícia Civil regional em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. i) quantos e quem são os delegados de polícia lotados nas repartições de Santa Inês; ii) como encontrar uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades regionais de Santa Inês em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. Após todos os lotes

as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022.

assinado eletronicamente em 02/10/2022 às 10:02 hrs
(*) CAMILA GASPAR LEITE

PROMOTORA DE JUSTIÇA

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=19950>

TCE condena ex-prefeita de Presidente Dutra a devolver R\$ 2,4 milhões em recursos de convênio

Jeferson Abreu

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) condenou, na sessão do Pleno desta quarta-feira (09), a ex-prefeita do município de Presidente Dutra, Irene de Oliveira Soares, a devolver ao erário um total de R\$ 2,4 milhões (R\$ 2.404.766,40) relativo a convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação - Seduc e a Prefeitura do município. Os valores deverão ser devidamente atualizados nos termos da legislação em vigor.

O débito decorre do julgamento irregular da Tomada de Contas Especial do referido convênio (nº 006/2012 SEDUC) e corresponde ao dano causado ao erário identificado pela análise técnica do órgão, uma vez que a gestora incorreu em omissão do dever de prestar contas, de acordo com o artigo 9º da Instrução Normativa (IN) TCE-MA nº 18/2008 e com o artigo 7º, § 1º da Instrução Normativa (IN) TCE nº 50/2017.

A decisão se encontra em sintonia com o parecer do **Ministério Público** de Contas (MPC) que também pede a reposição integral dos recursos de utilização não comprovada, quantificados pelo Relatório de Tomada de Contas Especial e ratificados pelo Parecer Conclusivo da Secretaria de Estado da Transparência e Controle (STCMA).

O valor, considerado histórico pelo MPC em se tratando de recursos de convênio, implica ainda no pagamento de multa correspondente a 50% do valor atualizado do dano causado ao erário, de acordo com a Lei Orgânica da corte de contas. Cabe recurso da decisão.

Acompanhe o Codó Notícias também pelo Facebook , YouTube e Instagram .

Site: <https://www.codonoticias.com.br/2022/02/tce-condena-ex-prefeita-de-presidente-dutra-a-devolver-r-24-milhoes-em-recursos-de-convenio/>

MPMA requer nomeação de aprovados em concurso público do Município Apicum-Açu

O **Ministério Público** do Maranhão ajuizou nesta quinta-feira, 10, uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Apicum-Açu, com pedido de liminar, visando garantir a nomeação de candidatos aprovados no último concurso público, realizado em 2019, para diversos cargos da administração municipal.

De autoria do **promotor de justiça** Igor Adriano Marques, da comarca de Bacuri, da qual Apicum-Açu é termo judiciário, a ação requer, também, que, em caso de descumprimento da decisão liminar ou da sentença que vier a ser adotada, seja imposta multa diária no valor de R\$ 5 mil destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

O promotor ressaltou que o Município de Apicum-Açu, há alguns anos, só está priorizando a contratação de servidores de forma direta, ou seja, sem concurso público.

O membro do **Ministério Público** acrescentou que já havia sido assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o **MPMA** e o Município para garantir a nomeação dos candidatos aprovados no certame que estivessem classificados dentro do número de vagas, bem como daqueles excedentes quando surgirem novas vagas.

No concurso, foram oferecidas 163 vagas no edital, além da formação de cadastro de reserva. De acordo com o **promotor de justiça**, já foram nomeados 21 candidatos após intervenção da promotoria. Resta a nomeação de 142 candidatos dentro das vagas, mas que são preteridos por contratados.

"Após várias reuniões e intervenções só nos restou ajuizar essa ação. É evidente a falta de compromisso do Município de Apicum-Açu, revelada pela inexistência de estratégias voltadas para um segmento tão indispensável, como a prestação de serviço público por funcionários efetivos, que não ficam à mercê de 'apadrinhados políticos', e prestam um serviço de forma mais eficiente e independente", enfatizou o **promotor de justiça** Igor Adriano Marques.

Fonte: **MP MA**

Site: <https://destaquedomaranhao.com/noticia/12872-mpma-requer-nomeacao-de-aprovados-em-concurso>

publico-do-municipio-apicum-acu

Ministério Público requer nomeação de aprovados em concurso público do município de Apicum-Açu

Redação

O **Ministério Público** do Maranhão ajuizou nesta quinta-feira, 10, uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Apicum-Açu e a gestão do prefeito Zequinha Ribeiro, com pedido de liminar, visando garantir a nomeação de candidatos aprovados no último concurso público, realizado em 2019, para diversos cargos da administração municipal.

De autoria do **promotor de justiça** Igor Adriano Marques, da comarca de Bacuri, da qual Apicum-Açu é termo judiciário, a ação requer, também, que, em caso de descumprimento da decisão liminar ou da sentença que vier a ser adotada, seja imposta multa diária no valor de R\$ 5 mil destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

O promotor ressaltou que o Município de Apicum-Açu, há alguns anos, só está priorizando a contratação de servidores de forma direta, ou seja, sem concurso público.

O membro do **Ministério Público** acrescentou que já havia sido assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o **MPMA** e o Município para garantir a nomeação dos candidatos aprovados no certame que estivessem classificados dentro do número de vagas, bem como daqueles excedentes quando surgirem novas vagas.

No concurso, foram oferecidas 163 vagas no edital, além da formação de cadastro de reserva. De acordo com o **promotor de justiça**, já foram nomeados 21 candidatos após intervenção da promotoria. Resta a nomeação de 142 candidatos dentro das vagas, mas que são preteridos por contratados.

"Após várias reuniões e intervenções só nos restou ajuizar essa ação. É evidente a falta de compromisso do Município de Apicum-Açu, revelada pela inexistência de estratégias voltadas para um segmento tão indispensável, como a prestação de serviço público por funcionários efetivos, que não ficam à mercê de 'apadrinhados políticos', e prestam um serviço de forma mais eficiente e independente", enfatizou o **promotor de justiça** Igor Adriano

Marques.

Site:

<https://enquantoissonomaranhao.com.br/ministerio-publico-requer-nomeacao-de-aprovados-em-concurso-publico-do-municipio-de-apicum-acu/>

Suspeito de roubo, jovem é torturado e agredido por PMs à chineladas em Vargem Grande, no MA

Por g1 MA - São Luís, MA

Um jovem foi torturado e agredido com chineladas por policiais militares por suspeita de roubar uma motocicleta em Vargem Grande, cidade localizada a 178 km de São Luís. A vítima, identificada como Marcos Vinicius da Conceição, nega que tenha envolvimento com o crime. A Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) abriu um inquérito administrativo para apurar se houve excessos no caso.

As fotos da agressão sofrida pela vítima circularam nas redes sociais nessa sexta-feira (11). Segundo Marcos Vinicius, que é mecânico, uma pessoa foi até a oficina onde ele trabalha e pediu o conserto da motocicleta.

Minutos após ter deixado a motocicleta no local, uma guarnição da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) foi até ao local e questionou a procedência da moto, que segundo os PMs, seria roubada.

Marcos Vinicius afirmou aos policiais que não sabia da origem da motocicleta e que havia recebido ela de um desconhecido. Os PMs desconfiaram da versão do jovem, prenderam o mecânico e o levaram para o quartel da PM em Vargem Grande.

Segundo Marcos Vinicius, ele foi torturado e agredido com chineladas pelos policiais. Por não conseguirem a confissão do jovem, ele foi liberado e voltou para casa.

O **Ministério Público** do Maranhão (**MP-MA**) abriu um procedimento para investigar a conduta dos policiais. A Polícia Civil do Maranhão (PC-MA) informou que já abriu investigação sobre o caso e afirmou que os PMs ainda não foram identificados.

Em nota, a Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) informou que abriu um inquérito administrativo para apurar se houve excessos durante a abordagem.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/02/12/suspeito-de-roubo-jovem-e-torturado-e-agredido-por-pms-a-chineladas-em-vargem-grande-no-ma.ghtml>

Jovem é agredido a chineladas por policiais militares sob acusação de roubo, em Vargem Grande

VARGEM GRANDE - Um inquérito administrativo foi aberto pela Polícia Militar do Maranhão (PMMA) para apurar se houve excessos na abordagem contra um jovem, identificado como Marcos Vinícius da Conceição, que foi agredido a chineladas por policiais militares em Vargem Grande, cidade distante 178 km de São Luís.

As imagens das agressões sofridas por Marcos Vinícius começaram a circular nessa sexta-feira (11) nas redes sociais. Segundo o jovem, que atua como mecânico, uma pessoa foi até a oficina onde ele trabalhar e pediu o conserto da motocicleta.

Casal que agrediu jovem negro em Açailândia é indiciado por tentativa de homicídio

Jovem negra denuncia policiais por **racismo** após abordagem em avenida de São Luís?

Minutos depois da motocicleta ter sido deixada na oficina, uma guarnição da Polícia Militar foi até o local e questionou a procedência do veículo afirmando que era oriundo de roubo. Marcos Vinícius afirmou aos policiais que não sabia da origem da motocicleta e que havia recebido de um desconhecido para que consertasse. Os PMs desconfiaram da versão do jovem, que recebeu voz de prisão e foi encaminhado para o quartel de Vargem Grande.

De acordo com Marcos Vinícius, ele foi torturado e agredido com chineladas pelos policiais. Por não conseguirem a confissão do jovem, os militares liberaram o mecânico que voltou para casa com as marcas no rosto das agressões sofridas.

Um procedimento também foi aberto pelo **Ministério Público** do Maranhão (**MP-MA**) para investigar a conduta dos policiais. Já a Polícia Civil do Maranhão (PC-MA) informou que já abriu uma investigação para apurar o caso e afirmou que os militares envolvidos no caso ainda não foram identificadas.

Site: <https://imirante.com/vargem-grande/noticias/2022/02/12/jovem-e-agredido-a-chineladas-por-policiais-sob-acusacao-de-roubo-em-vargem-grande.shtml>

MPMA requer nomeação de aprovados em concurso público de Apicum-Açu

O **Ministério Público** do Maranhão ajuizou nesta quinta-feira, 10, uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Apicum-Açu, com pedido de liminar, visando garantir a nomeação de candidatos aprovados no último concurso público, realizado em 2019, para diversos cargos da administração municipal.

De autoria do **promotor de justiça** Igor Adriano Marques, da comarca de Bacuri, da qual Apicum-Açu é termo judiciário, a ação requer, também, que, em caso de descumprimento da decisão liminar ou da sentença que vier a ser adotada, seja imposta multa diária no valor de R\$ 5 mil destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

O promotor ressaltou que o Município de Apicum-Açu, há alguns anos, só está priorizando a contratação de servidores de forma direta, ou seja, sem concurso público.

O membro do **Ministério Público** acrescentou que já havia sido assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o **MPMA** e o Município para garantir a nomeação dos candidatos aprovados no certame que estivessem classificados dentro do número de vagas, bem como daqueles excedentes quando surgirem novas vagas.

No concurso, foram oferecidas 163 vagas no edital, além da formação de cadastro de reserva. De acordo com o **promotor de justiça**, já foram nomeados 21 candidatos após intervenção da promotoria. Resta a nomeação de 142 candidatos dentro das vagas, mas que são preteridos por contratados.

"Após várias reuniões e intervenções só nos restou ajuizar essa ação. É evidente a falta de compromisso do Município de Apicum-Açu, revelada pela inexistência de estratégias voltadas para um segmento tão indispensável, como a prestação de serviço público por funcionários efetivos, que não ficam à mercê de 'apadrinhados políticos', e prestam um serviço de forma mais eficiente e independente", enfatizou o **promotor de justiça** Igor Adriano Marques.

Site: <https://portalvarada.com/cidades/mpma-requer-nomeacao-de-aprovados-em-concurso-publico-de-apicumacu/>

Suspeito de roubo, jovem é torturado e agredido por PMs à chineladas em Vargem Grande, no MA

O mecânico Marcos Vinicius da Conceição nega que tenha envolvimento com o crime e afirma que a moto foi entregue à ele somente para conserto. O **Ministério Público** e as Polícias Militar e Civil investigam o caso. Jovem é agredido por PMs à chineladas em Vargem Grande

Um jovem foi torturado e agredido com chineladas por policiais militares por suspeita de roubar uma motocicleta em Vargem Grande, cidade localizada a 178 km de São Luís. A vítima, identificada como Marcos Vinicius da Conceição, nega que tenha envolvimento com o crime. A Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) abriu um inquérito administrativo para apurar se houve excessos no caso.

As fotos da agressão sofrida pela vítima circularam nas redes sociais nessa sexta-feira (11). Segundo Marcos Vinicius, que é mecânico, uma pessoa foi até a oficina onde ele trabalha e pediu o conserto da motocicleta.

Minutos após ter deixado a motocicleta no local, uma guarnição da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) foi até ao local e questionou a procedência da moto, que segundo os PMs, seria roubada.

Suspeito de roubo, jovem é torturado e agredido por PMs à chineladas em Vargem Grande, no MA

Reprodução/TV Mirante

Marcos Vinicius afirmou aos policiais que não sabia da origem da motocicleta e que havia recebido ela de um desconhecido. Os PMs desconfiaram da versão do jovem, prenderam o mecânico e o levaram para o quartel da PM em Vargem Grande.

Segundo Marcos Vinicius, ele foi torturado e agredido com chineladas pelos policiais. Por não conseguirem a confissão do jovem, ele foi liberado e voltou para casa.

O **Ministério Público** do Maranhão (**MP-MA**) abriu um procedimento para investigar a conduta dos policiais. A Polícia Civil do Maranhão (PC-MA) informou que já abriu investigação sobre o caso e afirmou que os PMs ainda não foram identificados.

Em nota, a Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) informou que abriu um inquérito administrativo para apurar se houve excessos durante a abordagem.

Caso está sendo investigado pela Polícia Militar, Polícia Civil e pelo **Ministério Público** do Maranhão.

Reprodução/TV Mirante

Site: <https://www.spiai.com/suspeito-de-roubo-jovem-e-torturado-e-agredido-por-pms-a-chineladas-em-vargem-grande-no-ma-150036.html>

Jovem é torturado e agredido por PMs à chineladas em Vargem Grande

Um jovem foi torturado e agredido com chineladas por policiais militares por suspeita de roubar uma motocicleta em Vargem Grande, cidade localizada a 178 km de São Luís. A vítima, identificada como Marcos Vinicius da Conceição, nega que tenha envolvimento com o crime. A Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) abriu um inquérito administrativo para apurar se houve excessos no caso.

As fotos da agressão sofrida pela vítima circularam nas redes sociais nessa sexta-feira (11). Segundo Marcos Vinicius, que é mecânico, uma pessoa foi até a oficina onde ele trabalha e pediu o conserto da motocicleta.

Minutos após ter deixado a motocicleta no local, uma guarnição da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) foi até ao local e questionou a procedência da moto, que segundo os PMs, seria roubada.

Marcos Vinicius afirmou aos policiais que não sabia da origem da motocicleta e que havia recebido ela de um desconhecido. Os PMs desconfiaram da versão do jovem, prenderam o mecânico e o levaram para o quartel da PM em Vargem Grande.

Segundo Marcos Vinicius, ele foi torturado e agredido com chineladas pelos policiais. Por não conseguirem a confissão do jovem, ele foi liberado e voltou para casa.

O **Ministério Público** do Maranhão (**MP-MA**) abriu um procedimento para investigar a conduta dos policiais. A Polícia Civil do Maranhão (PC-MA) informou que já abriu investigação sobre o caso e afirmou que os PMs ainda não foram identificados.

Em nota, a Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) informou que abriu um inquérito administrativo para apurar se houve excessos durante a abordagem.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<https://www.netoferreira.com.br/poder/2022/02/jovem-e-torturado-e-agredido-por-pms-a-chineladas-em-vargem-grande/>

MP ajuíza ação civil pública contra o município de Apicum-Açu para garantir a nomeação candidatos aprovados em concurso

Blog do Neto Webba

O **Ministério Público** do Maranhão ajuizou nesta quinta-feira, 10, uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Apicum-Açu, com pedido de liminar, visando garantir a nomeação de candidatos aprovados no último concurso público, realizado em 2019, para diversos cargos da administração municipal.

De autoria do **promotor de justiça** Igor Adriano Marques, da comarca de Bacuri, da qual Apicum-Açu é termo judiciário, a ação requer, também, que, em caso de descumprimento da decisão liminar ou da sentença que vier a ser adotada, seja imposta multa diária no valor de R\$ 5 mil destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

O promotor ressaltou que o Município de Apicum-Açu, há alguns anos, só está priorizando a contratação de servidores de forma direta, ou seja, sem concurso público.

O membro do **Ministério Público** acrescentou que já havia sido assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o **MPMA** e o Município para garantir a nomeação dos candidatos aprovados no certame que estivessem classificados dentro do número de vagas, bem como daqueles excedentes quando surgirem novas vagas.

No concurso, foram oferecidas 163 vagas no edital, além da formação de cadastro de reserva. De acordo com o **promotor de justiça**, já foram nomeados 21 candidatos após intervenção da promotoria. Resta a nomeação de 142 candidatos dentro das vagas, mas que são preteridos por contratados.

"Após várias reuniões e intervenções só nos restou ajuizar essa ação. É evidente a falta de compromisso do Município de Apicum-Açu, revelada pela inexistência de estratégias voltadas para um segmento tão indispensável, como a prestação de serviço público por funcionários efetivos, que não ficam à mercê de 'apadrinhados políticos', e prestam um

serviço de forma mais eficiente e independente", enfatizou o **promotor de justiça** Igor Adriano Marques.

Site: <https://www.netoweiba.com.br/2022/02/mp-ajuiza-acao-civil-publica-contra-o.html>

Ministério Público e Policia Civil investigam denúncia de agressão policial

Laís Rocha

A polícia civil e o **Ministério Público**, investigam a denúncia de agressão de policiais militares contra um jovem em Vargem Grande, a quase 180 km de São Luís. A vítima foi abordada no local de trabalho e recebeu chineladas no rosto, por suspeita de roubar uma moto. Tags: **Ministério Público**, denúncia, agressão de policiais.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/02/12/TVMIRANTEAFGLOBOSOLUSMA-19.17.13-19.19.05-1644706788.mp4>

12 crianças estupradas em apenas 40 dias

Nos primeiros 40 dias de 2022, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) já realizou 10 prisões em flagrante e 18 prisões preventivas de pessoas suspeitas de estupro de vulnerável na Região Metropolitana de São Luís. Doze crianças e adolescentes foram vítimas desse crime, em 2022, que em geral acontece no âmbito familiar, de acordo com a Polícia Civil do Maranhão.

Em 2021, foram registrados 131 casos de estupro de vulnerável na Região Metropolitana de São Luís. Um desses casos, aconteceu no dia 13 de dezembro, onde uma criança de apenas 5 anos foi abusada em um condomínio no bairro Altos do Calhau. O principal suspeito de ter estuprado a criança é um homem de 45 anos, que é padrasto do pai da vítima.

Esse tipo de crime, ocorre com maior frequência, com parentes, vizinhos, conhecidos, agregados. "A maior incidência dos casos é na residência das vítimas, tendo em vista que na maioria dos crimes, os abusadores são do núcleo familiar", informou a DPCA. Grande parte das vítimas dos casos registrados na Região Metropolitana tem entre 5 e 13 anos.

A maior incidência dos casos é na residência das vítimas, tendo em vista que na maioria dos crimes, os abusadores são do núcleo familiar

Levantamentos do Disque 100 apontam que a maioria das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no Maranhão é de abuso sexual. Os números mostram ainda que o maior registro de notificações ocorre em maio, período de conscientização contra o abuso e a exploração sexual, e nos meses de janeiro, junho, novembro e dezembro, que coincidem com as férias escolares, festas e eventos populares.

De acordo com o relatório Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, Unicef Brasil, o número absoluto acumulado de estupros, no Maranhão em 2020 foi de 418 casos. Desses, 44 ocorridos com crianças de 0 a 4 anos; 65, de 5 a 9; 22,1 de 10 a 14; e 88, com adolescentes de 15 a 19 anos.

A violação dos direitos sexuais contra meninos e meninas trata-se de uma das expressões de violência e negação dos **direitos humanos**, tendo em vista, que viola a integridade física e psicológica de pessoas em fase de desenvolvimento e afetam o crescimento saudável. A violência sexual pode ocorrer de duas

formas: pelo abuso sexual ou pela exploração do corpo e da sexualidade de crianças e adolescentes.

Esse tipo de violência ocorre tanto por meio do abuso sexual intrafamiliar ou interpessoal, como na exploração sexual. De acordo com o Art. 217-A, o estupro de vulnerável se trata de "ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos. A pena de reclusão é de 8 a 15 anos. Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave a pena é reclusão, de 10 a 20 anos; e se resulta em morte, reclusão, de 12 a 30 anos.

Crimes e prisões no estado

Somente nos 10 primeiros dias de fevereiro a Polícia Civil já efetuou prisões de suspeitos por estupro em várias cidades do Maranhão. No primeiro dia de fevereiro, a Polícia Civil do Maranhão deu cumprimento ao mandado de prisão preventiva contra um homem pelo crime de estupro de vulnerável praticado contra duas crianças, de 10 e 11 anos de idade, na cidade de Açailândia. O crime teria ocorrido no dia 11 de janeiro deste ano e descoberto pela Polícia Civil no dia 17 do mesmo mês, após denúncia da mãe de uma das vítimas. Segundo as investigações do 1º Distrito Policial de Açailândia, o preso teria levado as duas crianças para um motel na cidade, onde lá praticou sexo oral nas vítimas. O delegado Saniel Brito disse que o investigado seria um amigo das famílias das vítimas e desfrutava da confiança das mesmas, e que inclusive, uma das vítimas o chamava de "tio".

No dia seguinte, dia 2, em Santa Helena, um homem foi preso preventivamente apontado como responsável por estupro de uma menor de 8 anos de idade, no Bairro Morada Nova, naquele município. Não satisfeito, o investigado ainda jogou a criança em um poço. Segundo a Delegacia de Polícia Civil do município, o indivíduo teria invadido a residência onde estariam duas menores de idade, e que aproveitando-se da oportunidade em que as crianças ficaram sozinhas, dirigiu-se ao quarto de uma das menores e a arrastou até uma casa ao lado abandonada.

No dia 7, a Polícia Civil também prendeu, preventivamente, um homem investigado de ter

estuprado e engravidado a própria filha, uma adolescente de 13 anos de idade, no Povoado Limoeiro, em Turilândia. O investigado foi levado à Delegacia de Polícia Civil de Santa Helena para serem tomadas as medidas legais cabíveis e posteriormente encaminhado ao presídio onde aguardará à disposição do Poder Judiciário.

Como denunciar

O Disque 100 é um serviço de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes, especificamente, e contra os **direitos humanos**, em geral. Ele funciona diariamente de 8h às 22h, inclusive nos finais de semana e feriados. As denúncias são anônimas e podem ser feitas por discagem direta e gratuita.

Onde denunciar

Conselho Tutelar - Para casos de violência física ou sexual, inclusive por familiares, é necessário chamar o Conselho Tutelar;

Disque 100 - Vítimas ou testemunhas de violações de direitos de crianças e adolescentes, como violência física ou sexual, podem denunciar anonimamente pelo Disque 100;

Disque 180 - Em casos de violência contra mulheres e meninas, seja violência psicológica, física, sexual causada por pais, irmãos, filhos ou qualquer pessoa. O serviço é gratuito e anônimo;

Polícias - Quando estiver presenciando algum ato de violência, acione a Polícia Militar por meio do número 190. Também é possível acionar as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e as de Proteção à Criança e ao Adolescente da sua cidade;

Creas - O Centro de Referência Especializada em Assistência Social é responsável por atender crianças, adolescentes e famílias em situação de risco, seja por violência, trabalho infantil, cumprimento de medidas socioeducativas ou violações de direito. Cada município possui diversos Creas, encontre o mais perto de sua casa e entre em contato.

Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos. A pena de reclusão é de 8 a 15 anos. Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência

Planos Municipais de Educação são tema de webinário da ESMP

A Escola Superior do **Ministério Público** do Maranhão (ESMP), em parceria com os Centros de Apoio Operacionais da Educação e da **Probidade Administrativa**, realizou, na manhã desta quarta-feira, 9, o webinário "Plano Municipal de Educação - o que devemos fazer até 2024 e os desafios e perspectivas para a terceira década". A atividade, que contou com as palestras dos professores Raimundo Palhano e Daniel Cara, foi transmitida pelo canal do Youtube da ESMP.

O professor maranhense Raimundo Palhano fez menção aos planos municipais que estão alinhados aos estaduais e ao nacional, no que se refere à busca de melhores salários, condições de trabalho, níveis de qualificação dos professores, entre outros aspectos.

"Podemos dizer que, aqui no Maranhão, temos um tesouro, as gerações se sucederam e diversos projetos pontuais realizados demonstram todo o esforço de nossa gente em busca das necessárias melhorias à educação e servem como motores motivacionais para as futuras gerações e para seguir adiante nesta terceira década do Plano Nacional de Educação", completou Palhano.

Em sua exposição, o professor paulista Daniel Cara esclareceu que sua intervenção tem vínculo com sua tese de doutorado, que versa sobre o fenômeno do descumprimento do Plano Nacional de Educação. "Sobre o não cumprimento do Plano de Educação, vislumbrado já em 2019, quando da versão final de minha tese, é importante entender a razão do PNE não ter sido cumprido".

Segundo Daniel, o PNE possui 20 metas e mais de 200 estratégias, o que se contrapõe ao novo momento da economia mundial. "O modo de produção neoliberal avança dentro dos governos, e este entende a educação bem estruturada como contrária ao sistema", finalizou.

A presidente do Conselho Estadual de Educação, Soraya Raquel Alves da Silva, destacou o Sistema Nacional de Educação, em todas as esferas, a partir dos planos Municipais, Estaduais e Nacional. Para ela, um fator importante é que a construção dos planos, em conjunto com a sociedade, observa demandas específicas que são levadas em consideração na produção de ações efetivas dos órgãos executores

das políticas públicas.

"O verdadeiro sentido de existência das políticas públicas está em atender as demandas da sociedade, buscando as pautas e ações necessárias que satisfaçam tais demandas", afirmou Soraya Silva. (CCOM-**MPMA**)

MINISTÉRIO PÚBLICO INSTAURA INQUÉRITO CIVIL CONTRA O ESTADO, POR FALTA DE DELEGADOS E POLÍTICAS CIVIS EM SANTA INÊS E NA REGIONAL

A promotora Camila Gaspar Leite, titular da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês, informa no teor do inquérito que, no segundo semestre de 2021, o número [então já insuficiente] de Delegados de Polícia lotados em Santa Inês (que eram dois) não tendo situação pública descrita a situação de **segurança pública** acima com revelação de situação de **segurança pública** do Maranhão com um município regional que conta com índice de criminalidade e da vulnerabilidade - o que, além de importar à sociedade santa-inesense um estado público, desproteção e necessidade de medo de segurança, vem correndo às instituições do sistema de justiça um enorme causador pela falta de investigação maior, sobretudo em relação aos crimes de repercussão.

Mais uma vez o AGORA! sai na frente e publica na íntegra o teor do Inquérito Civil, e aproveita para agradecer à promotora por sair em defesa da proteção da população de Santa Inês, mesmo levando em consideração que ela, a promotora, cumpre tão somente seu dever, mas não merece atenção que tal problema é recorrente em Santa Inês. (Faça AGORA!)

SANTA INÊS PORTARIA-5ªPJSI - 12022 Código de validação: FC2E46BA00 Inquérito Civil nº 01/2022-5ªPJSI Objeto: Averiguar a falta de estruturação das unidades civis civis da Comarca de Santa Inês, bem como a ausência de Delegados de Polícia lotados nass Requerente : **Ministério Público** Estadual Requerido: ESTADO DO MARANHÃO O **MINISTÉRIO PÚBLICO** DO ESTADO DO MARANHÃO, por intermédio da Promotora de Justiça ao final assinada, Titular da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, I, II, VIII e IX, ambos da Constituição Federal, no art. 26, I, da Lei nº 8.625/93, e no Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP, que consolida e regulamenta as normas do Conselho Nacional do **Ministério Público** e do **Colégio de Procuradores** de

Justiça do Estado do Maranhão, CONSIDERANDO que , conforme o artigo 1º, caput, da Resolução/CNMP nº 23/2007, e art. 1º, caput, do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP, destina-se o inquérito do Ministério civil, de natureza unilateral e facultativa, a "apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a carga do Público nos termos da legislação aplicável, como preparação para o exercício das funções institucionais"; CONSIDERANDO que o inquérito civil pode ser instaurado de ofício e, ainda, que cabe ao artigo Público atuar, independentemente de provocação, em caso de conhecimento, por qualquer forma, de fatos que, em tese, constituam aos interesses ou direitos mencionados no prejuízo 1º da Resolução/CNMP nº 23/2007; CONSIDERANDO os princípios regedores da Administração Pública elencados pelo artigo 37 da Constituição Federal, especialmente os da Legalidade e Eficiência; CONSIDERANDO o dever de atuação do **Ministério Público** no exercício da atividade policial, qual deve ser o controle aos termos do artigo 129, caput I, II e VII, da Constituição Federal, do artigo 9º da Lei Complementar nº 75/93 e do artigo 80 da Lei nº 8.625/93, bem como à Resolução/CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007, editada com fundamento no artigo 130-A, §2º, da Constituição Federal, em consonância com os dispositivos constitucionais e legais citados; CONSIDERANDO que atualmente, como Delegacias de Polícia Civil de Santa Inês contam a atuação de apenas dois aqui lotados, sendo estes o regional, Dr. Denis Lopes Nascimento, o titular do 2º Distrito Policial, Dr. Elson Ramos do Nascimento; CONSI A Delegacia de Proteção à Mulher de Santa do 1º Município não possui titulares, inobstantes Distritos DER são os crimes recorrentes que são recorrentes por questões de gênero e demais delito; CONSIDERANDO que, no semestre de 2021, o então já insuficiente de Delegados de Atuação de Polícia em Santa Inês número-se recurso sistematicamente para APENAS 1 (delegado com regional), não tendo a medida da Polícia Civil do Maranhão adotado qualquer

prática para situação sanar tal; CONSIDERA a descrição descrita acima revela uma nitidez da falta de preocupação da população do Maranhão com um município que conta com alto índice de criminalidade - o que, além da importância à sociedade da sociedade santa de medo, desproteção de **segurança pública**, venhando a causar danos enormes às instituições do sistema de justiça causador da falta de investigação, sobretudo em relação aos crimes de maior repercussão; CONSIDERANDO que, no mês de último, este representante ministerial, no exercício do controle externo da atividade policial, realizado como inspeções civis periódicas nas repartições civis de civis, conforme determinado no artigo 4º, inciso I, e artigo 6º, caput, da Resolução MP323207, cuja resolução MP/foi de suspensão, de forma excepcional/CN nº20202020203, medida emergencial e de prevenção de ação contágio COVID219, no início da ação COVID19, no âmbito da resolução dos membros do **Ministério Público** brasileiro; CONSIDERANDO que, na ocasião acima e na ocorrência oficial dos relatórios de registro de registro de civis, datado de registro das informações registradas, especialmente para o bom quadro de servidores da Comarca, especialmente para o bom quadro de servidores dos trabalhos, especialmente em para o bom quadro de servidores dos trabalhos, não tendo em ocasião o bom quadro de servidores dos trabalhos. a esta subscritora adotará tão logo as providências cabíveis em razão de sucessivos períodos de gozo de férias (dezembro de 2021 e janeiro de 2022); RESOLVER:

Arte. 1º. Instauração, de ofício, o presente Inquérito Civil, na forma da legislação pertinente, já retromencionada, objetivando tratar a relativa falta de estruturação das unidades policiais lotados da Comarca de Santa Inês, bem como a ausência de Delegados mencionados nas unidades de polícias lotados fim de possibilitar o governo de todos os funcionários aqui em caráter permanente. Arte. 2º. Registrar e autuar no sistema informatizado de controle do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (SIMP) e no livro digital desta Promotoria de Justiça e juntar todos os documentos relativos a este procedimento, iniciando-se por esta portaria. Arte. 3º. Nomear o servidor Markellyson Silva de Melo para atuar como Secretário neste feito, nos termos do artigo 6º, inciso V, da Resolução/CNMP nº 23/2007. Arte. 4º. Determinar a remessa de cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial, nos termos do artigo 4º, inciso VI, da Resolução/CNMP nº 23/2007. Arte. 5º. O presente Inquérito Civil deve ser concluído no prazo de 1 (um) ano, o qual poderá ser prorrogado decisão fundamentada pelo Membro responsável pela condução das investigações (artigo 9º, caput, da Resolução/CNMP nº 23/2007, e artigo 12 da Resolução/CPMP nº 10/2009-CPMP), devendo o

Secretário atentar para o seu vencimento. Arte. 6º. Determinar ainda, como diligências: a) à última Secretaria das Promotorias de Justiça de Santa Inês promova a juntada aos Promotores, no mês de 5 (cinco) prazos dias, dos seguintes relatórios de auto útil útil no último degrau por este representante ministerial na Delegacia Regional de Santa Inês, 1º Distrito Policial de Santa Inês, 2º Distrito Policial de Santa Inês e Delegacia Especializada da Mulher de Santa Inês; b) a expedição de ordem de serviço ao Setor de Execução de Mandados das Promotorias de Santa Inês a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, realize averiguação in loco nos prédios da Delegacia Regional de Santa Inês, do 1º Distrito Policial de Santa Inês, do 2º Distrito Policial de Santa Inês e Delegacia Especializada da Mulher de Santa Inês, devendo, ao final, elaborar relatório circunstanciado contendo as seguintes informações: i) registro fotográfico das instalações de cada uma das repartições (fachada, cômodos, móveis); ii) quantidade e dados de servidores lotados em cada uma delas (nome completo), como funções que exercem, ou horário de trabalho e quantos estavam presentes no momento da visita; iii) uma quantidade de viaturas disponíveis a cada uma das unidades policiais e se estiverem em funcionamento ou não; ec) a delegado de expedição de ofício ao Delegado Regional de Santa Inês a fim de que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 () dias úteis: i) quantos e quem são os policiais de polícia lotados nas dez repartições de Santa Inês ; ii) como se encontra uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades de Polícia Civil regional em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. o estado em que se encontram e estão em funcionamento ou não; ec) a delegado de expedição de ofício ao Delegado Regional de Santa Inês a fim de que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 () dias úteis: i) quantos e quem são os policiais de polícia lotados nas dez repartições de Santa Inês ; ii) como se encontra uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades de Polícia Civil regional em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. o estado em que se encontram e estão em funcionamento ou não; ec) a delegado de expedição de ofício ao Delegado Regional de Santa Inês a fim de que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 () dias úteis: i) quantos e quem são os policiais de

polícia lotados nas dez repartições de Santa Inês ; ii) como se encontra uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades de Polícia Civil regional em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. ec) a delegado de expedição de ofício ao Delegado Regional de Santa Inês a fim de que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 () dias úteis: i) quantos e quem são os policiais de polícia lotados nas dez repartições de Santa Inês ; ii) como se encontra uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades de Polícia Civil regional em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. ec) a delegado de expedição de ofício ao Delegado Regional de Santa Inês a fim de que informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 () dias úteis: i) quantos e quem são os policiais de polícia lotados nas dez repartições de Santa Inês ; ii) como encontrar uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades regionais de Santa Inês em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. i) quantos e quem são os delegados de polícia lotados nas repartições de Santa Inês; ii) como se encontra uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades de Polícia Civil regional em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. i) quantos e quem são os delegados de polícia lotados nas repartições de Santa Inês; ii) como encontrar uma estrutura atual de todas as unidades de Polícia Civil disponíveis para atender a todas as unidades regionais de Santa Inês em relação ao quadro de pessoal, quantidade de viaturas para realização de diligências e estrutura física das delegacias. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. Após todos os lotes

as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022. Após todos os lotes as determinações e transcorridos os prazos, com sem resposta, voltem-me os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Santa Inês/MA, 09 de fevereiro de 2022.

assinado eletronicamente em 02/10/2022 às 10:02 hrs
(*) CAMILA GASPAR LEITE

PROMOTORA DE JUSTIÇA

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=19950>

MPMA requer nomeação de aprovados em concurso público do Município Apicum-Açu

O **Ministério Público** do Maranhão ajuizou nesta quinta-feira, 10, uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Apicum-Açu, com pedido de liminar, visando garantir a nomeação de candidatos aprovados no último concurso público, realizado em 2019, para diversos cargos da administração municipal.

De autoria do **promotor de justiça** Igor Adriano Marques, da comarca de Bacuri, da qual Apicum-Açu é termo judiciário, a ação requer, também, que, em caso de descumprimento da decisão liminar ou da sentença que vier a ser adotada, seja imposta multa diária no valor de R\$ 5 mil destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

O promotor ressaltou que o Município de Apicum-Açu, há alguns anos, só está priorizando a contratação de servidores de forma direta, ou seja, sem concurso público.

O membro do **Ministério Público** acrescentou que já havia sido assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o **MPMA** e o Município para garantir a nomeação dos candidatos aprovados no certame que estivessem classificados dentro do número de vagas, bem como daqueles excedentes quando surgirem novas vagas.

No concurso, foram oferecidas 163 vagas no edital, além da formação de cadastro de reserva. De acordo com o **promotor de justiça**, já foram nomeados 21 candidatos após intervenção da promotoria. Resta a nomeação de 142 candidatos dentro das vagas, mas que são preteridos por contratados.

"Após várias reuniões e intervenções só nos restou ajuizar essa ação. É evidente a falta de compromisso do Município de Apicum-Açu, revelada pela inexistência de estratégias voltadas para um segmento tão indispensável, como a prestação de serviço público por funcionários efetivos, que não ficam à mercê de 'apadrinhados políticos', e prestam um serviço de forma mais eficiente e independente", enfatizou o **promotor de justiça** Igor Adriano Marques.

Fonte: **MP MA**

Site: <https://destaquedomaranhao.com/noticia/12872-mpma-requer-nomeacao-de-aprovados-em-concurso>

publico-do-municipio-apicum-acu

Ministério Público requer nomeação de aprovados em concurso público do município de Apicum-Açu

Redação

O **Ministério Público** do Maranhão ajuizou nesta quinta-feira, 10, uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Apicum-Açu e a gestão do prefeito Zequinha Ribeiro, com pedido de liminar, visando garantir a nomeação de candidatos aprovados no último concurso público, realizado em 2019, para diversos cargos da administração municipal.

De autoria do **promotor de justiça** Igor Adriano Marques, da comarca de Bacuri, da qual Apicum-Açu é termo judiciário, a ação requer, também, que, em caso de descumprimento da decisão liminar ou da sentença que vier a ser adotada, seja imposta multa diária no valor de R\$ 5 mil destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

O promotor ressaltou que o Município de Apicum-Açu, há alguns anos, só está priorizando a contratação de servidores de forma direta, ou seja, sem concurso público.

O membro do **Ministério Público** acrescentou que já havia sido assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o **MPMA** e o Município para garantir a nomeação dos candidatos aprovados no certame que estivessem classificados dentro do número de vagas, bem como daqueles excedentes quando surgirem novas vagas.

No concurso, foram oferecidas 163 vagas no edital, além da formação de cadastro de reserva. De acordo com o **promotor de justiça**, já foram nomeados 21 candidatos após intervenção da promotoria. Resta a nomeação de 142 candidatos dentro das vagas, mas que são preteridos por contratados.

"Após várias reuniões e intervenções só nos restou ajuizar essa ação. É evidente a falta de compromisso do Município de Apicum-Açu, revelada pela inexistência de estratégias voltadas para um segmento tão indispensável, como a prestação de serviço público por funcionários efetivos, que não ficam à mercê de 'apadrinhados políticos', e prestam um serviço de forma mais eficiente e independente", enfatizou o **promotor de justiça** Igor Adriano

Marques.

Site:

<https://enquantoissonomaranhao.com.br/ministerio-publico-requer-nomeacao-de-aprovados-em-concurso-publico-do-municipio-de-apicum-acu/>

Jovem é agredido a chineladas por policiais militares sob acusação de roubo, em Vargem Grande

VARGEM GRANDE - Um inquérito administrativo foi aberto pela Polícia Militar do Maranhão (PMMA) para apurar se houve excessos na abordagem contra um jovem, identificado como Marcos Vinícius da Conceição, que foi agredido a chineladas por policiais militares em Vargem Grande, cidade distante 178 km de São Luís.

As imagens das agressões sofridas por Marcos Vinícius começaram a circular nessa sexta-feira (11) nas redes sociais. Segundo o jovem, que atua como mecânico, uma pessoa foi até a oficina onde ele trabalhar e pediu o conserto da motocicleta.

Casal que agrediu jovem negro em Açailândia é indiciado por tentativa de homicídio

Jovem negra denuncia policiais por **racismo** após abordagem em avenida de São Luís?

Minutos depois da motocicleta ter sido deixada na oficina, uma guarnição da Polícia Militar foi até o local e questionou a procedência do veículo afirmando que era oriundo de roubo. Marcos Vinícius afirmou aos policiais que não sabia da origem da motocicleta e que havia recebido de um desconhecido para que consertasse. Os PMs desconfiaram da versão do jovem, que recebeu voz de prisão e foi encaminhado para o quartel de Vargem Grande.

De acordo com Marcos Vinícius, ele foi torturado e agredido com chineladas pelos policiais. Por não conseguirem a confissão do jovem, os militares liberaram o mecânico que voltou para casa com as marcas no rosto das agressões sofridas.

Um procedimento também foi aberto pelo **Ministério Público** do Maranhão (**MP-MA**) para investigar a conduta dos policiais. Já a Polícia Civil do Maranhão (PC-MA) informou que já abriu uma investigação para apurar o caso e afirmou que os militares envolvidos no caso ainda não foram identificadas.

Site: <https://imirante.com/vargem-grande/noticias/2022/02/12/jovem-e-agredido-a-chineladas-por-policiais-sob-acusacao-de-roubo-em-vargem-grande.shtml>

MP ajuíza ação civil pública contra o município de Apicum-Açu para garantir a nomeação candidatos aprovados em concurso

Blog do Neto Webba

O **Ministério Público** do Maranhão ajuizou nesta quinta-feira, 10, uma **Ação Civil Pública** contra o Município de Apicum-Açu, com pedido de liminar, visando garantir a nomeação de candidatos aprovados no último concurso público, realizado em 2019, para diversos cargos da administração municipal.

De autoria do **promotor de justiça** Igor Adriano Marques, da comarca de Bacuri, da qual Apicum-Açu é termo judiciário, a ação requer, também, que, em caso de descumprimento da decisão liminar ou da sentença que vier a ser adotada, seja imposta multa diária no valor de R\$ 5 mil destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

O promotor ressaltou que o Município de Apicum-Açu, há alguns anos, só está priorizando a contratação de servidores de forma direta, ou seja, sem concurso público.

O membro do **Ministério Público** acrescentou que já havia sido assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o **MPMA** e o Município para garantir a nomeação dos candidatos aprovados no certame que estivessem classificados dentro do número de vagas, bem como daqueles excedentes quando surgirem novas vagas.

No concurso, foram oferecidas 163 vagas no edital, além da formação de cadastro de reserva. De acordo com o **promotor de justiça**, já foram nomeados 21 candidatos após intervenção da promotoria. Resta a nomeação de 142 candidatos dentro das vagas, mas que são preteridos por contratados.

"Após várias reuniões e intervenções só nos restou ajuizar essa ação. É evidente a falta de compromisso do Município de Apicum-Açu, revelada pela inexistência de estratégias voltadas para um segmento tão indispensável, como a prestação de serviço público por funcionários efetivos, que não ficam à mercê de 'apadrinhados políticos', e prestam um

serviço de forma mais eficiente e independente", enfatizou o **promotor de justiça** Igor Adriano Marques.

Site: <https://www.netoweiba.com.br/2022/02/mp-ajuiza-acao-civil-publica-contra-o.html>

Ministério Público e Policia Civil investigam denúncia de agressão policial

Laís Rocha

A polícia civil e o **Ministério Público**, investigam a denúncia de agressão de policiais militares contra um jovem em Vargem Grande, a quase 180 km de São Luís. A vítima foi abordada no local de trabalho e recebeu chineladas no rosto, por suspeita de roubar uma moto. Tags: **Ministério Público**, denúncia, agressão de policiais.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/02/12/TVMIRANTEAFGLBOSOLUSMA-19.17.13-19.19.05-1644706788.mp4>

Pacientes e acompanhantes reclamam de precariedade no Socorrão 2

Lais Rocha

Pacientes e acompanhantes denunciam a precariedade no atendimento e a falta de estrutura no socorrão 2, na Cidade Operaria, além da falta de remédios e até de água, o local está tomado pelo mofo, um perigo para a saúde de quem está internado.
Tags: Pacientes denunciam, precariedade, Socorrão 2.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/02/12/TVMIRANTEAFGLBOSOLUSMA-19.14.38-19.17.12-1644706787.mp4>

Jovem que diz ser trabalhador e ter apanhado de PM possui diversas passagens pela polícia no MA (Vargem Grande)

Redação

Imagens de um jovem identificado com marcas de chineladas no rosto, viralizou nos últimos dias nas redes sociais. Ele foi identificado como Marcos Vinicius, morador do município de Vargem Grande, cidade localizada a 178 km de São Luís.

Marcos diz ter sido agredido por policiais militares, após uma guarnição ir até a oficina onde ele trabalha e encontrar uma motocicleta roubada. Marcos Vinicius afirmou aos policiais que não sabia da origem da motocicleta e que havia recebido ela de um desconhecido.

Os PMs desconfiaram da versão do jovem, prenderam o mecânico e o levaram para o quartel da PM em Vargem Grande. Segundo Marcos Vinicius, ele foi torturado e agredido com chineladas pelos policiais, mas acabou não confessando o crime e foi liberado.

Após sair, ele gravou um vídeo e tirou fotos, que foram divulgadas nas redes sociais e acabou viralizando. Alguns internautas saíram em defesa de Marcos, entre eles Diogo Cabral da Sociedade Maranhense de **Direitos Humanos**. Além dele, Flávio Dino também se manifestou através das redes sociais, afirmando que já teria determinado a apuração do caso.

Porém Marcos é um velho conhecido da PM, com passagens pela polícia por roubo e adulteração de chassis de motocicletas. Em um dos roubos, ele foi gravado por câmeras de segurança. Ao lado de um comparsa, ele teria derrubado uma mulher de forma violenta e logo após roubado a motocicleta da vítima.

As agressões que Marcos diz ter sofrido de forma injusta, estão sendo investigadas pelo **Ministério Público** e a Polícia Civil do Maranhão (PC-MA) informou que já abriu uma investigação para apurar o caso.

VEJA ABAIXO O VÍDEO:

Site: <https://enquantoissoanmaranhao.com.br/jovem-que-diz-ser-trabalhador-e-ter-apanhado-de-pm-possui-diversas-passagens-pela-policia-no-ma/>

Imperatriz: Prazo de validade do concurso público de 2019 é prorrogado por dois anos (Municípios)

omaranhense

O prazo de validade do concurso público promovido pela Prefeitura de Imperatriz em 2019, encerraria no dia 18 de fevereiro deste ano foi prorrogado por mais dois anos.

A portaria que estabelece a prorrogação do prazo de validade do certame foi assinada pela secretária de Administração e Modernização, Bruna Neves de Sousa, e publicado no Diário Oficial do Município na última quinta-feira (10).

Bruna Neves ressaltou que a Lei Complementar 173 que limitou os gastos com a contratação de pessoal durante a pandemia, mas, ainda assim a gestão do prefeito Assis Ramos realizou convocações pontuais no ano passado para suprir vagas estratégicas nas áreas da Saúde e Educação, e em janeiro retomou as convocações.

"O prazo do concurso estava previsto para encerrar no dia 18 de fevereiro, e o prefeito Assis Ramos autorizou que nós prorrogássemos esse prazo em mais dois anos", disse a secretária acrescentando que "a intenção de prorrogar é oportunizar aos aprovados a entrarem na prefeitura de Imperatriz, valorizar esses servidores, atender as necessidades do município e faz parte de uma política adotada pelo prefeito Assis de valorização do servidor público".

Bruna lembrou que Assis foi o único prefeito a negociar com o **Ministério Público** para convocar os aprovados num concurso da gestão anterior, que já havia até vencido o prazo. Foram 500 pessoas contempladas nessa convocação.

Além da prorrogação, há previsão de novas convocações até o fim deste ano, segundo um cronograma estabelecido pela Secretaria de Administração e Modernização e em conformidade com as necessidades do Município e com a capacidade financeira de acarcar com as referidas despesas.

Site: <https://omaranhense.com/imperatriz-prazo-de-validade-do-concurso-publico-de-2019-e-prorrogado->

por-dois-anos/

NORDESTE: Jovens são obrigadas a cavar própria cova onde foram enterradas depois de mortas; 14 são condenados pelas mortes

blog do rocha

A ação criminosa foi praticada no dia 20 de março de 2021.

As duas eram de Teresina-PI e foram atraídas para o local do crime

Foram denunciados pelos crimes de homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, meio cruel e uso de recurso que dificulte a defesa da vítima), ocultação de cadáver e organização criminosa:

- Erika Layane de Sousa Santos, vulgo "Japa";
- Willian de Sousa Teófilo, vulgo "Bolinha e/ou Moana";
- Mikaelle Fernandes da Silva, vulgo "Charmosa";
- Mikaelly Kessia Gomes Virgílio, vulgo "Soberana";
- Karina Ellen do Carmo Sousa, vulgo "Esmeralda";
- Luzilene Ferreira dos Santos, vulgo "Morena";
- Brenda Emanuele Silva Oliveira, vulgo "Baixinha Afrontosa e/ou Manu";
- Marta Rebeca Ribeiro da Silva, vulgo "Boneca";
- Manuele Raisia de Sousa Silva, vulgo "Gueixa";
- Leonardo Thalyson Ferreira de Sousa, vulgo "Gordinho das Carpas";
- Rafael Stanley Ferreira de Sousa, vulgo "Morte e/ou Ratinho";
- Luciano Rafael Silva da Conta, vulgo "Latró"

Já Tais Fernanda Machado Oliveira, vulgo "Bella" e Antônio de Deus Pereira Neto, vulgo "Fantasmão", foram denunciados pelo crime de homicídio triplamente e organização criminosa. O juiz manteve as prisões preventivas de todos os envolvidos no crime.

Denúncia

De acordo com a denúncia do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, no âmbito do inquérito policial foi possível identificar que os denunciados integram pessoalmente a organização criminosa denominada Bonde dos 40, com atuação no município de Timon e com ramificações em diversas cidades do Estado, com atuação marcada pelo emprego de arma de fogo, contando com participação de crianças e adolescentes.

Narra, ainda, que os denunciados de forma voluntária e com unidade de desígnio, mediante o uso de armas brancas - pá, picaretas e tacos/bastões de madeira -, puseram fim a vida das adolescentes Joyce Ellen dos Santos Moreira e Maria Eduarda de Sousa Lira, no dia 20 de março de 2021, por volta das 17 horas, no morro do bairro Parque Aliança, no município de Timon.

Segundo o inquérito, as vítimas foram levadas até a casa de Erika Layane, que figura, supostamente, com função de liderança dentro da célula criminosa do Bonde dos 40, após a vítima Maria Eduarda de Sousa Lira ter postado uma foto da integrante da organização criminosa Gisele Vitória Silva Sampaio, vulgo "Sereia", em que ela aparecia dentro de uma vala. Consta que, tão logo as vítimas chegaram à casa de Erika Layane de Sousa Santos, iniciou-se o julgamento das vítimas, tendo sido recolhido seus celulares.

Ao realizarem uma busca nos celulares das vítimas, os acusados encontraram fotos delas com supostos integrantes da facção PCC, tendo encontrado ainda, no celular da vítima Maria Eduarda, prints de redes sociais de membros do Bonde dos 40, material este que supostamente estaria sendo repassado para membro do grupo rival.

"Diante de tais informações, bem como tendo a vítima Joyce Ellen dito que "Sereia" foi levada, por "Rian", de sua casa, em uma motocicleta, o "tribunal" decretou a morte das vítimas, por serem integraram/eram simpatizantes da organização criminosa rival", diz trecho da denúncia.

Decisão

Em sua decisão, o magistrado destacou que a denúncia foi apta a delinear a atuação dos membros da suposta organização criminosa, descrevendo individualizadamente a participação de cada um deles, bem como o modus operandi da organização criminosa na realização do "tribunal do crime" que decretou e executou as vítimas, após longas sessões de **tortura**, tendo sido obrigadas a cavarem suas próprias covas, na qual uma das vítimas foi enterrada ainda com vida.

"Os elementos informativos reunidos mostram-se, portanto, suficientes para a formação da convicção deste juízo no sentido de observar indícios suficientes de autoria e materialidade, em nexo de causalidade, aos fatos investigados, sendo responsáveis pelo cometimento dos crimes supracitados. Neste juízo de cognição sumária, próprio desta fase processual, entendo, portanto, que a denúncia está apta a impulsionar a persecução penal", concluiu o juiz.

Relembre o caso

Jovens foram obrigadas a cavar a própria cova

Duas adolescentes de Teresina, identificadas como Maria Eduarda, 17 anos, e Joyce Ellen, 15 anos, foram encontradas mortas e enterradas dentro de uma cova, na manhã do dia 21 de março de 2021 em uma área de matagal, no bairro Parque Aliança, localizado na cidade de Timon.

A frieza dos autores chamou atenção dos investigadores que ouviram do pai da adolescente de 15 anos, que ele foi avisado da morte da filha através de mensagem do WhatsApp, enviada do número da própria jovem, pelos assassinos. A jovem morava no bairro Risoleta Neves, zona norte de Teresina, e estava desaparecida desde a tarde do dia anterior.

Depois disso e sabendo que sua filha havia saído de casa, afirmando que se encontraria com uma amiga em Timon, o pai de Joyce Ellen resolveu procurar a Polícia Civil de Timon para registrar o desaparecimento da adolescente. Posteriormente, a Polícia Civil confirmou que a jovem tratava-se da sua filha.

Site: <https://williams-rocha.blogspot.com/2022/02/nordeste-jovens-sao-obrigadas-cavar.html>

Após homicídios, moradores do Parque Jair em São José de Ribamar fazem manifestação pedindo segurança e justiça

Por g1 MA

Na manhã deste domingo (13), moradores do bairro Parque Jair, em São José de Ribamar, na Região Metropolitana de São Luís, foram às ruas para pedir por justiça e paz. A passeata foi realizada cinco dias depois de duas pessoas terem sido assassinadas a tiros no bairro.

Com balões brancos e cartazes pedindo paz e ação do poder público na garantia da justiça às vítimas mortas e por **segurança pública**, dezenas de moradores foram às ruas do bairro.

A viúva de Joelson Maycon Santos, de 30 anos, que foi um dos mortos no último de 8 de fevereiro no Parque Jair, esteve na passeata e afirmou que o marido era um homem bom e que morreu quando voltava de jogar bola com os amigos.

Joelson Maycon foi baleado na avenida principal do Parque Jair, no dia 8 de fevereiro deste ano. De acordo com a polícia, quatro homens em duas motos Honda preta e placas não identificadas, realizaram vários disparos de arma de fogo contra a vítima, que morreu no local.

No mesmo dia, Gleydson Marley Ferreira, de 31 anos, foi baleado na rua Abdenago Ferreira, também no Parque Jair. Segundo a Polícia Civil, quatro pessoas em duas motos, não identificadas, realizaram vários disparos de arma de fogo contra a vítima. Gleydson Marley foi alvejado com vários tiros e morreu no local.

Segundo os moradores da região, após os crimes, a população passou a sofrer ainda mais com o medo e a insegurança.

O professor Paulo Roberto, que é responsável pela escolinha de futebol Força Jovem, que trabalha com crianças e adolescentes da comunidade, afirma que os pais não querem mais enviar os filhos para as aulas, por medo da violência.

"Nós fomos convidados para disputar a copa do Barreto e, ontem (12), a gente foi com um número bastante limitado de garotos. Fomos com o ônibus

praticamente vazio, coisa que nunca tinha acontecido nesses 10 anos de projeto que a gente tem. Os pais e as mães totalmente com medo, uma situação complicada, todo mundo com medo. Eu não tiro a razão dos pais, a gente está assustado com essa situação, porque tem pais de família perdendo a vida, adolescentes perdendo a vida. Não são só pessoas criminosas que estão perdendo a vida no bairro, a gente sabe disso, porque moramos aqui e conhecemos eles", lamentou Paulo Roberto.

Ainda segundo o professor, a comunidade está pedindo ajuda à Secretaria de **Segurança Pública** do Estado, para ter o direito de ir e vir.

Segundo os pais das crianças, o medo é que os filhos saiam de casa e não voltem mais com vida.

"A gente como mãe, tem medo de deixar nossos filhos sair hoje, porque não sabemos se eles irem no comércio eles voltam. Se eles saírem pra praticar um esporte se eles voltam. E a gente vive com medo, não só por eles, como pelos pais de família. A gente sabe que a violência aqui está enorme e a gente só pede por paz e clama por esclarecimentos, por uma resposta. Por que tantos crimes? Porque está terrível, a violência está tomando de conta. E nossos filhos têm direito de sair, a gente tem esse direito. Mas hoje em dia a gente vive em uma prisão, por medo", relatou Rosana Meneses, que é moradora do Parque Jair.

Ainda de acordo com os moradores, bairro é muito difamado por causa da insegurança, o que prejudica até o acesso de motoristas de aplicativos, táxis e mototaxistas no local. A população também reclama do posto policial da região, que está desativado, o que causa ainda mais medo nas pessoas.

A insegurança também afeta os comerciantes da área, os quais ainda reclamam da falta de infraestrutura na avenida principal do bairro, onde se concentra a maior parte dos comércios.

O g1 entrou em contato com a Prefeitura de São José de Ribamar, para saber se há projeto de melhoria de infraestrutura no bairro, e aguarda um posicionamento.

O portal também procurou a Secretaria de Estado de **Segurança Pública** (SSP-MA) para se manifestar sobre a insegurança na região, e aguarda uma resposta.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/02/13/apos-homicidios-moradores-do-parque-jair-em-sao-jose-de-ribamar-fazem-manifestacao-pedindo-seguranca-e-justica.ghtml>

Suspeito de matar casal dentro de casa em Anajatuba é preso

Aidé Rocha

O suspeito de assassinar um casal na cidade de Anajatuba, distante 136 km de São Luís, foi preso pela polícia algumas horas após o crime. Valéria de Jesus Mendes Moreira, que estava grávida de cinco meses, e Herbert dos Santos Ribeiro foram assassinados dentro da própria casa, no povoado Mato Grosso .

Conforme a Polícia Civil, a mulher foi morta, provavelmente, ao tentar defender o marido. Vizinhos disseram ter ouvido Valéria gritar pedindo para que não o matassem. O corpo dela foi encontrado em cima do marido.

Os dois suspeitos chegaram em uma motocicleta, invadiram o imóvel fortemente armados e dispararam diversas vezes contra as vítimas.

Conforme o delegado Samuel Morita, titular da Regional de Itapecuru-Mirim, ao que tudo indica, o casal chegou a ser torturado antes de ser morto. "Existia um pau no local todo sujo de sangue. Possivelmente, o autor agrediu essas duas vítimas com pauladas, uma sessão se tortura antes da morte. Algo bem grave", pontuou.

Ainda de acordo com o delegado, Herbert já havia sido ameaçado de morte por um homem conhecido apenas como "Leo" e, inclusive, registrou um boletim de ocorrência contra ele.

Durante as buscas, o suspeito foi encontrado e capturado por policiais militares. "Leo" negou o crime, entretanto, segundo a polícia, existem vários indícios da presença dele no local e da participação no assassinato.

A polícia segue investigando o caso, no intuito de identificar e prender o segundo envolvido nas execuções.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2022/02/13/suspeito-de-matar-casal-dentro-de-casa-em-anajatuba-e-preso/>

João Abreu - Três Homicídios e uma fuga espetacular

Bacabal é um município brasileiro do interior do estado do Maranhão, Região Nordeste do país. Localizado a cerca de 240 km de distância da capital do Estado, São Luís. É o município-sede da Região de Planejamento do Mearim. Sua população é de cerca de 105 mil habitantes. Onde está localizada a Praça Nossa Senhora da Conceição, o coronel Lourenço da Silva estabeleceu, em 1876, uma fazenda para cultivo do arroz, algodão e mandioca, aproveitando o **trabalho escravo**. Sobrevindo a abolição da escravidão, a fazenda foi vendida para o Coronel Raimundo Alves de Abreu. A propriedade passou a ser conhecida como Sítio dos Abreu, que passou a comercializar com libertos e índios, cujas malocas se erguiam na atual localização do bairro Juçaral. Elevada à categoria de município em 17 de abril de 1920, desmembrada de São Luís Gonzaga, o nome da cidade teve origem devido à grande quantidade de palmeiras de bacaba ali existentes nos primórdios de sua colonização. João Abreu e Anita Lago casaram-se no dia 10 janeiro de 1925. Ela uma moça muito bonita de 19 anos de idade, mulata, sabia ler e escrever muito bem. João Abreu tinha 27 anos de idade e havia aprendido a ler e escrever com o seu pai, filho de escravos, Aduke Clementino Gomes. Antes de morrer ele doou para João Abreu 100 hectares de terra nos arredores do Sítio dos Abreu, onde ele passou a cultivar arroz, mandioca e a criar cabras, vacas e galinhas. Muito trabalhador, o jovem era visto como homem de respeito e bem-sucedido na região. No dia 1º de março de desse ano o casal, montado numa égua branca marchadeira, arreada com um cochinilho de lã vermelha, foram para uma festa de carnaval na cidade de São Luís Gonzaga. Era uma festa à fantasia. O baile era animado pela banda Os Batutas, uma versão do grupo de Pixinguinha que utilizava os instrumentos clarinete, saxofone, trombone e tambores. No auge da festa, por volta das 23 horas, Carlos Kalixto, filho de Júlio Kalixto Mascarenhas, um rico fazendeiro da região, teve a ideia de puxar a esposa de João Abreu para uma dança. Preocupada com a atitude de Kalixto, ela disse ao moço: não posso dançar com o senhor, sou casada e o meu marido está ali conversando com amigos, mas logo estará de volta. Respondeu Kalixto: eu não sou ciumento. Ela respondeu: não estou preocupada com o seu ciúme, minha preocupação é com a sua vida. O meu marido está armado de revólver. Por favor, procure uma moça solteira para você dançar. Kalixto não entendeu o recado da jovem mulher e insistiu: vamos, é apenas

uma dança, deixe que eu resolvo com o seu marido. Aqui todos me respeitam porque eu sou um homem respeitador. Finalizou Anita: meu senhor, não insista, meu marido vem vindo aí! Nesse momento, João se aproximou e questionou: o que está acontecendo? A esposa, imediatamente, respondeu: não é nada, esse senhor apenas me perguntou de onde eu sou. Esse álibi foi o primeiro que veio à sua mente para evitar uma tragédia. Porém, ao finalizar a desculpa, Kalixto retrucou: fale a verdade, eu estava apenas convidando você para uma dança. Então, respondeu João Abreu: essa moça está acompanhada, ela é a minha mulher! Kalixto respondeu, debochadamente: ela é sua mulher? pois vejo que ela não tem bom gosto! - Prevendo o pior, Anita puxou João pelo braço e disse: vamos embora! Mas o marido disse: não vamos embora, vamos ficar, ele não é dono da festa. Essas palavras serviram de ofensa para Kalixto que, em ato contínuo, sacou de um revólver e desferiu um tiro no peito de João que caiu ao solo agonizando. No mesmo instante, Anita tentou socorrer o marido, mas foi impedida por Peixoto e Vasconcelos, dois vaqueiros da fazenda do pai de kalixto que ali assistiam a tudo. Insatisfeito com o que fez, Kalixto puxou pelos braços de Anita e saiu arrastando-a sob o olhar atônito dos presentes, que queriam distância de Kalixto, por ser filho de Mascarenhas e ter fama de valente. Já do lado de fora da festa, ele rasgou a fantasia da moça e deu vários tapas no seu rosto, deixando-a caída no chão. Os dois vaqueiros ainda deram alguns chutes na jovem mulher. Kalixto e seus capangas pegaram seus cavalos e saíram do local para se refugiarem na fazenda da família. Dez dias depois do fato, Kalixto foi levado pelo pai fazendeiro à presença do delegado Antenor Valadão, onde foi ouvido e liberado. A lesão no peito de João Abreu atingiu o seu pulmão de raspão, mas nada que pudesse causar-lhe a morte. Anita fez o seu tratamento em casa. Três meses depois ambos estavam recuperados. No dia 21 de junho do mesmo ano, João Abreu seguiu montado a cavalo para São Luís Gonzaga, onde foi negociar a compra de um touro reprodutor com Melquiades. Era feriado municipal. Sabe-se que a cidade leva o nome de São Luís Gonzaga, em homenagem a um santo jesuíta do século XVI, ele é o padroeiro do município. Pois bem, João Abreu resolveu encostar na praça para tomar uma pinga e seguir viagem. Porém, estavam no bar Carlos Kalixto e seus companheiros inseparáveis, os vaqueiros Peixoto e Vasconcelos. Cadê tua mulher? Perguntou Kalixto para João Abreu. Ainda

montado no cavalo, João reconheceu o seu agressor. Imediatamente ele puxou seu revólver, apontou para Kalixto e, vagarosamente, desceu do animal. Perguntou João Abreu: você é o Kalixto? Você é o homem que me baleou e agrediu a minha mulher alguns meses atrás? Kalixto pôs as mãos para o alto e disse: tu sabes com quem estás falando? Tu sabes o que vai acontecer contigo se usares essa arma contra mim? Com os olhos firmes em Kalixto, João falou aos gritos: te cala. O vaqueiro Valdemar, tentando apaziguar as coisas, falou: home, baixa essa arma, vamos conversar. Calado, seu covarde, falou João, já sei, tu deves ser o cara que ajudou esse vagabundo naquela noite! Vocês estão armados, estou vendo. Joguem as armas no chão. As pessoas que ali estavam, correram para dentro da igreja e para suas casas, a praça ficou vazia sob olhares distantes e curiosos. O padre ainda chegou a pedir: parem, filhos, respeitem a santa igreja. Afaste-se, padre, vá orar por nós, disse João Abreu em voz alta. As armas foram jogadas no chão. Deitem-se, falou João. Porém, Kalixto, ao invés de atender ao comando de João, pegou uma pistola que estava do lado esquerdo da cintura e tentou disparar contra ele. Porém, não conseguiu disparar, foi atingido na cabeça por um certo tiro do revólver de João. Os outros dois homens partiram para cima dele, mas foram baleados. Já sem munição, pois fizera seis disparos, ele montou no cavalo e saiu da cidade em disparada. Os três homens morreram ali mesmo. O delegado Valadão foi acionado e seguiu com quatro soldados para Bacabal à procura de João. O cerco foi feito e ele foi preso no dia 24 de março dentro de um lago no fundo da sua propriedade. Quinze vaqueiros da região, contratados por Mascarenhas, ajudaram na caçada. João foi posto no xadrez da delegacia de São Luis Gonzaga por volta das 17 horas, mas por volta das 3 horas da manhã do dia 25, vários homens fortemente armados invadiram a cadeia e fuzilaram vários presos. A cidade amanheceu em polvorosa. Quatro presos estavam gravemente feridos e um estava morto, mas João Abreu havia fugido da cela. Dizem que ele, naquela ocasião, conseguiu pegar Anita em Bacabal e fugir para o Ceará onde viveu o resto de seus dias sem ser preso e julgado pelo triplo homicídio. Há relatos de que São Luis Gonzaga o resgatou da cadeia. João Abreu prometeu ao santo levar o resto da vida protegendo e ajudando jovens estudantes cristãos.

Site: <https://osvaldomaya.com.br/joao-abreu-tres-homicidios-e-uma-fuga-espetacular/>